

# Tapete linguístico



» CRISTOVAM BUARQUE  
Professor emérito da  
Universidade de  
Brasília (UnB)

A linguagem politicamente correta tem escondido problemas graves sob um tapete linguístico que, em nome de preservar a dignidade das vítimas, suaviza a dramaticidade dos fatos.

Há um movimento que propõe trocar a palavra escravo por escravizado. A mudança tem mérito ao lembrar que ninguém nasce escravo, mas é escravizado por traficantes, fazendeiros, donos de casa ou empresários. No entanto, ofusca o fato de que, salvo raras exceções de alforria ou fuga, a pessoa escravizada tornava-se escrava por toda a vida. Desde a captura na África, o escravizado passava a ser escravo. O sistema fazia com que “estar escravizado” virasse uma condição permanente de “ser escravo”. A mulher negra grávida carregava um bebê ainda não escravizado, mas já escravo — condenado desde o ventre, como se o útero fosse um navio negreiro humano. A boa intenção pode ocultar a perversidade de um sistema que impunha uma condição vitalícia.

O uso do termo vítima de insegurança alimentar, em vez de faminto, transforma um drama humano em expressão técnica. Para respeitar a dignidade da pessoa, evita-se a palavra direta,

substituindo-a por estado de insegurança, como se a desnutrição crônica fosse semelhante a riscos no trânsito ou à violência urbana. Embora tecnicamente correta, a expressão não transmite o sofrimento real de quem sente fome.

De forma semelhante, trocar favela por comunidade pode atenuar o estigma de quem mora nela, mas também mascara a ausência de infraestrutura, os riscos sanitários e a carência de serviços urbanos. Oculta-se ainda a desigualdade em relação aos bairros ricos e condomínios, cujos moradores também se consideram parte de suas respectivas comunidades.

Para evitar estigmas, o termo prostituição infantil foi substituído por exploração sexual de menores. Essa nova expressão evita a marca infame de violentar crianças ao submetê-las à prostituição, mas, ao mesmo tempo, reduz a gravidade da tragédia e a vergonha social. Coloca o estupro de vulneráveis como mais um tipo de exploração, como se a ação de um criminoso pervertido que se apropria do corpo de uma criança e a obriga a sobreviver prostituindo-se fosse comparável à ação de um capitalista que explora um operário em sua fábrica. Ao nivelar fatos tão distintos com o mesmo termo, atenua-se a violência da tragédia.

Alguns, por sentirem que o termo analfabeto carrega discriminação ofensiva, preferem a expressão iletrado. No entanto, essa solidariedade linguística acaba por camuflar a tortura diária de quem não sabe ler vivendo em uma sociedade letrada. Letramento transforma a tragédia do analfabetismo em uma condição técnica — de alguém em vias de letramento. Ilettrado é quem aprendeu

a ler, mas não lê com frequência, sem a dramaticidade de uma pessoa que, por falta de cuidados do Estado quando criança, ficou adulto incapaz de ler o que está escrito na carta de um filho distante ou nas páginas do anúncio de emprego ou o nome do remédio que deve dar a um familiar. O nome disso é analfabetismo. Ilettrado é quem aprendeu a ler, mas não lê com frequência.

A prática de camuflar a tragédia de uma situação, tratando-a como etapa de um processo, se repete no uso da expressão em vias de desenvolvimento, no lugar de subdesenvolvido. Embora a antiga palavra transmitisse uma ideia de condenação ao atraso, a nova expressão oculta os círculos viciosos que mantêm as populações desses países na pobreza. Em vias de desenvolvimento sugere movimento para o progresso, quando, na prática, muitas dessas nações só mudarão sua realidade com ações concretas: revoluções econômicas, culturais e educacionais.

Se na África do Sul o regime do apartheid tivesse sido chamado de desigualdade racial, a vergonhosa tragédia da separação de negros e brancos teria sido diluída. É isso que se faz no Brasil ao chamar de desigualdade social à apartação que caracteriza a sociedade brasileira separando os pobres do Brasil moderno, o analfabeto de quem tem acesso à educação de qualidade, o morador de rua e de quem vive em condomínio. O abismo social transforma desigualdade em apartação, ao jogar essa expressão sob o tapete linguístico, camufla-se a realidade e alivia-se a culpa dos que causam as tragédias da escravidão, da fome, da prostituição infantil, do analfabetismo e da exclusão.

Maurenilson Freire



## Brasil dá passo histórico para a primeira infância



» MARIANA LUZ  
CEO da Fundação Maria Cecília  
Souto Vidigal, young global  
leader do Fórum Econômico  
Mundial e presidente do Conselho  
do Instituto Escolhas

» PRISCILA CRUZ  
Cofundadora e presidente executiva do Todos Pela  
Educação e mestre em administração pública pela  
Harvard Kennedy School

Poucas alianças têm o poder transformador do encontro entre o conhecimento científico e a ação política. Foi assim com as revoluções sanitária e imunológica, que mudaram profundamente a saúde pública e elevaram a expectativa de vida no Brasil de 29 anos, em 1900, para os atuais 75. É justamente diante de uma nova inflexão histórica, também ancorada na ciência e na vontade política, que o país se encontra neste momento com o lançamento da Política Nacional Integrada para a Primeira Infância (PNPI), assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 5 de agosto de 2025.

O Brasil acaba de se tornar o primeiro país do mundo a colocar a primeira infância no centro de sua estratégia nacional de combate à fome, à miséria e às disparidades sociais e econômicas. Mais do que um marco legal, essa política nasce como uma aposta concreta no que há de mais avançado na ciência para romper o ciclo da pobreza e das desigualdades, que colocam 55,9% das crianças na pobreza.

A PNPI foi construída de forma colaborativa,

entre atores da sociedade civil e diferentes setores do governo federal, no âmbito do Grupo de Trabalho Primeira Infância do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS), com a missão de garantir que nenhuma criança fique para trás. A efetividade dessa política está respaldada por décadas de evidências científicas.

Estudos como o *Reach Up* e o *Perry School Project* mostram que investimentos na primeira infância geram impactos positivos que atravessam gerações: crianças que recebem cuidados adequados nos primeiros anos de vida têm maior escolaridade, melhor saúde, menos envolvimento com atividades ilegais e salários até 25% mais altos na vida adulta. Esses efeitos se estendem, inclusive, aos filhos que essas crianças terão.

Esses resultados não ocorrem por acaso. Essa é uma fase profundamente sensível do desenvolvimento humano, em que cérebro, corpo e vínculos sociais se formam com velocidade e intensidade únicas. Por isso, exige ações coordenadas nas áreas de saúde, educação, assistência social, habitação, cultura e proteção — e é essa complexidade que a PNPI vai abraçar, com diretrizes para articular políticas públicas e mobilizar a sociedade.

O desafio agora é tirá-la do papel e transformá-la num plano de ação em movimento. Não há risco de erro afirmar que a PNPI é a mais complexa política nacional já criada no país. Ela demandará o nível de integração de um Sistema Único de Saúde (SUS), com a diferença fundamental de não ficar restrita a uma única área. Educação, assistência social, saúde e segurança pública deverão trabalhar de maneira integrada e complementar para cuidar de cada bebê e criança na primeira infância e de sua família, com agilidade, segurança, sem sobreposição de ações e sem deixar lacunas no decorrer do processo. É fundamental que a publicação

oficial do decreto esteja acompanhada de um plano de ação guiado por medidas estratégicas, com objetivos claros, metas, indicadores de acompanhamento e responsabilidades bem definidas entre os ministérios.

Um dos primeiros desafios dessa operação é a criação de um banco de dados único para todos os órgãos acessarem o mesmo sistema. Essa integração será sentida também do lado das famílias, que já possuem acesso aos dados da Caderneta da Criança de forma digital, mas que agora estarão integrados a outros dados de saúde, educação e de outros atendimentos feitos no serviço público, pelo celular. Essa é uma das muitas mudanças que a PNPI trará para o cotidiano das famílias e da gestão pública.

Há muito a ser feito em diferentes instâncias e em todas as áreas que a política nacional vai integrar. Não há, entretanto, missão mais certa e inspiradora do que saber que, ao realizá-la, estamos cuidando não só do bem-estar, da saúde e da segurança de cada bebê e cada criança que vive em território brasileiro hoje, como estamos também trabalhando para mitigar no médio prazo problemas de saúde da população adulta e idosa, de educação deficitária, de criminalidade, e combatendo os índices de miséria e de desigualdades.

Ao lembrar, no futuro, que, em 2025, o Brasil convivia com mais de 35 milhões de pessoas em insegurança alimentar e mais de metade das crianças na primeira infância viviam em situação de pobreza, esses números parecerão tão absurdos quanto hoje nos soa saber que a expectativa de vida já foi de 29 anos. A assinatura da PNPI é um passo decisivo para fazer com que a fome, a pobreza e a desigualdade se tornem capítulos superados da nossa história. Que essa nova lei seja o início de uma transformação profunda — e irreversível.

Visto, lido  
e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) //  
circecunha.df@dabr.com.br



## Começar pelo começo

É sintomático da nossa era o modo como tratamos as crianças. A infância, uma fase essencial ao desenvolvimento humano, tem sido comprimida, encurtada, empobrecida — e, em muitos casos, apagada. Ao contrário do que se poderia imaginar em tempos de avanços tecnológicos e maior acesso à informação, assistimos a um fenômeno alarmante: a corrosão da infância como etapa legítima, protegida e insubstituível da vida humana.

A espécie humana, ao longo de sua evolução, foi moldando-se a partir do prolongamento da fase infantil. Essa expansão do tempo de dependência e aprendizado, característica exclusiva do *Homo sapiens*, permitiu o florescimento da linguagem, da cultura, das emoções e da inteligência social. Crianças que brincam, exploram, se expressam e se sentem seguras são as sementes de uma sociedade mais justa, saudável e inovadora.

Entretanto, o mundo moderno parece seguir na contramão. O que antes era considerado tempo necessário para crescer tornou-se, para muitos, um luxo dispensável. A urbanização desordenada, a violência social, o consumismo e a lógica do desempenho precoce invadem a rotina das crianças. Submetidas a agendas sobrecarregadas, privadas de contato com a natureza e expostas precocemente às telas, muitas já não vivem a infância — apenas sobrevivem a ela.

O Unicef alerta: “As experiências vividas nos primeiros anos moldam profundamente o futuro de cada ser humano. O cérebro infantil, sobretudo nos primeiros mil dias, estabelece cerca de um milhão de novas conexões por segundo. É nesse intervalo que políticas públicas devem intervir com maior intensidade”. Infelizmente, em vez de fortalecer essa janela de ouro do desenvolvimento, o Brasil vem falhando. O investimento público na primeira infância está aquém do necessário. Segundo relatório da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, apenas 0,47% do PIB é destinado à atenção integral à primeira infância, patamar considerado insuficiente para garantir impacto positivo a longo prazo.

Mas não é apenas nas planilhas do orçamento que a infância vai sendo reduzida. É no cotidiano banalizado da exploração infantil, no silêncio diante da evasão escolar e na omissão frente ao trabalho infantil que o país revela sua negligência crônica.

A ex-ministra do Supremo Tribunal Federal Ellen Gracie certa vez declarou que “a proteção da infância não é apenas um dever moral — é uma obrigação constitucional”. De fato, a Constituição de 1988 estabelece, no artigo 227, que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à educação, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar. No entanto, quando se analisa o que tem sido feito em termos de políticas públicas estruturantes, o cenário revela uma distância brutal entre a letra da lei e a realidade das ruas.

Nos centros urbanos, a infância é comprimida entre o medo e o concreto. Nos rincões do país, ela é muitas vezes interrompida antes mesmo de florescer. Para os mais pobres, a infância termina cedo: meninos empurram carrinhos de recicláveis enquanto meninas cuidam dos irmãos mais novos em casas improvisadas. São vidas que amadurecem antes da hora, roubadas do tempo do encantamento, do lúdico, do afeto.

Como consequência, surgem adultos que não puderam ser crianças. Indivíduos que cresceram sem o suporte emocional adequado, sem espaço para elaborar medos ou desenvolver autonomia. A psiquiatria já demonstrou a ligação entre traumas infantis e transtornos como depressão, ansiedade, transtornos de personalidade e até mesmo tendências violentas. A infância desassistida não é apenas uma injustiça, é também um risco social.

Num recente fórum internacional sobre juventude, a psicóloga chilena Neva Milicic afirmou: “A criança que cresce sem brincar é um adulto em potencial que não aprendeu a criar saídas. O brincar ensina a resiliência, a negociação, a empatia”. Ora, se é no brincar que se desenvolvem as principais habilidades para a vida em sociedade, o que esperar de uma geração criada à base de tarefas exaustivas e isolamento digital?

A neurocientista canadense Adele Diamond defende que “as funções executivas mais complexas do cérebro — aquelas que nos tornam humanos — começam a ser moldadas nos primeiros anos de vida e dependem de experiências ricas e afetuosas”. Isso nos leva à constatação de que investir na infância não é caridade. É, antes, a mais inteligente e estratégica política de desenvolvimento.

Se quisermos um país menos desigual, menos violento e mais equilibrado, precisaremos começar pelas crianças. Não apenas em slogans, mas em ações concretas, investimentos duradouros e compromissos reais com o futuro.

### A Frase que foi pronunciada:

“Grande é a poesia, a bondade e as danças. Mas o melhor que há no mundo são as crianças.”

Fernando Pessoa, em *Liberdade*

### História de Brasília

O senhor Martins Rodrigues, que reside em Brasília e que, daqui a pouco arrasta o pé, bem poderia patrocinar essa causa em benefício do Distrito Federal, com a autoridade de líder da maioria. (Publicado em 8/5/1962)